



O Rio Piracicaba e as paisagens da produção: a preservação da antiga Usina Monte Alegre

El río Piracicaba y los paisajes de la producción: la preservación de la antigua Usina Monte Alegre

Eixo 6_Simpósio 1 – Paisagens históricas de produção: novos processos emergentes e experiências na cidade contemporânea

Julia Farah Ribeiro

Unifesp - PPGHA, Brasil
farah.julia@unifesp.br

Manoela Rossinetti Rufinoni

Unifesp - PPGHA, Brasil
rufinoni@unifesp.br

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo expor uma reflexão acerca da patrimonialização e preservação da antiga Usina Monte Alegre, localizada na cidade de Piracicaba/SP, examinando de que maneira a ideia de paisagem tem sido considerada nas pesquisas existentes sobre esse objeto de estudo, bem como nas políticas preservacionistas nela incidentes.

A Usina Monte Alegre foi importante complexo agroindustrial entre o final do século XIX e começo do século XX, sendo considerada uma das maiores forças açucareiras da região de Piracicaba, que dispunha de conjunto edificado com casas para os colonos e os proprietários, escola, capela e armazéns – além dos galpões e armazéns usados na produção do açúcar. Dada a sua importância, figura hoje um espaço legalmente preservado e valorizado pela população local.

Assim, acredita-se que, para além do caráter documental desse conjunto industrial em si, a mobilização de diferentes fontes sobre ele permite tecer comparações que podem trazer novas contribuições para o debate sobre a leitura e preservação de paisagens históricas da produção no território paulista.

As questões aqui colocadas fazem parte de pesquisa de doutorado em desenvolvimento (PPGHA-Unifesp), na qual visa-se promover um diálogo entre as áreas do patrimônio e da paisagem industriais, no que tange à sua preservação e representação.

Palavras-chave: Paisagens industriais; paisagens históricas da produção; preservação; Rio Piracicaba; Usina Monte Alegre.

Resumen:

El presente trabajo tiene como objetivo exponer una reflexión acerca de la patrimonialización y preservación de la antigua Usina Monte Alegre, ubicada en la ciudad de Piracicaba/SP, examinando de qué manera la idea de paisaje ha sido considerada en las investigaciones existentes sobre este objeto de estudio, así como en las políticas preservacionistas aplicadas.

La Usina Monte Alegre constituyó un importante complejo agroindustrial entre finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX, siendo considerada una de las mayores fuerzas azucareras de la región de Piracicaba. Contaba con un conjunto edilicio compuesto por casas para los colonos y los propietarios, escuela, capilla y almacenes, además de los galpones y depósitos utilizados en la producción de azúcar. Dada su importancia, hoy es un espacio legalmente preservado y valorado por la población local.

De este modo, se considera que, además del carácter documental de este conjunto industrial en sí, la movilización de diferentes fuentes sobre él permite establecer comparaciones que pueden aportar nuevas contribuciones al debate sobre la lectura y la preservación de paisajes históricos de la producción en el territorio paulista.

Las cuestiones aquí planteadas forman parte de una investigación doctoral en desarrollo (PPGHA-Unifesp), en la cual se busca promover un diálogo entre las áreas del patrimonio y del paisaje industrial, en lo que se refiere a su preservación y representación.

Palabras-clave: Paisajes industriales; paisajes históricos de la producción; preservación; Río Piracicaba; Usina Monte Alegre.

Introdução

Na metade do século XIX, os vales dos rios Tietê e Piracicaba figuravam redutos canavieiros e a cidade de Piracicaba se destacava nesse contexto. Assim, o pequeno engenho que nasceu na Fazenda Monte Alegre cresceu para se tornar uma usina, tendo sido considerada uma das maiores produtoras da cana-de-açúcar do município (atrás apenas do Engenho Central de Piracicaba). Em seu auge a usina contava, além das instalações fabris, com residências, escola, biblioteca, áreas para lazer e esporte, cinema, ambulatório médico e uma capela (cujas pinturas internas são de autoria de Alfredo Volpi). Atualmente, a produção canavieira foi descontinuada e alguns galpões encontram-se em processo de degradação; entretanto, o bairro vem passando por intervenções de revitalização e se transformou em um centro cultural e gastronômico na cidade.

Assim, a partir das questões introduzidas, tenciona-se aqui construir uma reflexão crítica acerca da patrimonialização e preservação deste bem cultural. Busca-se pensar de que maneira a ideia de paisagem tem sido considerada nas pesquisas existentes sobre esse objeto de estudo, assim como nas políticas preservacionistas incidentes sobre ele.

Para tanto, foi realizado um balanço (ainda que breve para o recorte deste texto) das pesquisas realizadas sobre os vestígios materiais, além da coleta de documentos textuais e iconográficos relativos à Usina Monte Alegre. A identificação dos materiais (pareceres de estudo de tombamento, artigos e dissertações) pautou-se no reconhecimento da relevância dessas investigações no que tange à história, à arquitetura e à preservação. Além do caráter documental do conjunto industrial em si, acredita-se que a mobilização de diferentes fontes nos permite acessar dados privilegiados e tecer comparações que podem trazer novas contribuições para o debate sobre a leitura e preservação de paisagens históricas da produção no território paulista.

Questões sobre o patrimônio industrial

O alargamento do conceito de patrimônio cultural é, ainda hoje, um dos grandes temas de debate no campo da preservação, contexto em que se insere o interesse na preservação dos vestígios culturais relacionados às atividades industriais. Ademais, o patrimônio industrial tem ganhado maior complexidade a partir da sua associação com o conceito de paisagem cultural e, mais especificamente, de paisagem da produção.

Segundo Beatriz Kuhl (2006), as primeiras discussões sobre a preservação dos bens da industrialização aconteceram em meados da década de 1950, quando na Inglaterra foi cunhada a expressão “arqueologia industrial”¹. À época, significativos vestígios da arquitetura industrial corriam sérios riscos de demolições, atraindo a atenção pública sobre a necessidade de preservá-los. Este movimento expandiu-se primeiro por toda a Europa e a partir de lá se tornou um assunto global.

Gradativamente, cresceu a necessidade de se estabelecer parâmetros tipológicos e cronológicos² e traçar metodologias de estudo que embasassem a sua preservação. Os esforços para traçar seus

¹ De acordo com a Carta de Nizhny Tagil (2003) a Arqueologia Industrial é “um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais”.

² Segundo exposto na Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial (2003), o período histórico de maior relevo para o estudo dessa categoria de patrimônio se estende desde os inícios da Revolução Industrial (a partir da segunda metade do século XVIII) até aos dias atuais, “sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais”.

limites foram alcançados por meio de trabalho multidisciplinar (envolvendo áreas de conhecimento tais como a história, sociologia, arquitetura, arqueologia, engenharia, história, geografia, entre outras) e resultaram na visão de que o desenvolvimento industrial é indissociável das transformações sociais e urbanas percebidas a partir do final do século XIX.

Com o amadurecimento dos debates internacionais³ concluiu-se que, além da dimensão material dos testemunhos da industrialização – especialmente marcada pelas escalas urbana e territorial –, deveriam também ser reconhecidos os aspectos intangíveis relacionados à presença das atividades fabris, como os saberes e fazeres, a dinâmica urbana e social das comunidades operárias e suas memórias.

Ainda, para além das atividades produtivas restritas ao interior das fábricas, esses conjuntos e sítios⁴ foram responsáveis pela formação de outras conexões funcionais, a exemplo da demanda pela construção de estruturas voltadas ao abastecimento de água e energia, bem como sistemas de atendimento logístico – como, respectivamente, as usinas hidrelétricas construídas para alimentar o maquinário das fábricas e os ramais fluviais e férreos utilizados para recebimento e escoamento de matéria-prima e do estoque da produção –, criando uma rede com dimensões territoriais (Rufinoni, 2019).

Tais aspectos, em grande medida, ainda são visíveis nas malhas urbanas atuais, quer as atividades industriais estejam em atividade ou não. Nos casos em que este patrimônio se encontra em utilização (e mantendo seu uso industrial), entende-se que a industrialização se constitui como um processo ativo impregnado do sentido da continuidade histórica que molda as paisagens; Por outro lado, naqueles em que a atividade industrial foi extinta, os seus remanescentes figuram importantes vestígios arqueológicos de atividades e tecnologias passadas, também marcados na paisagem local (Meneguello, 2011).

O crescimento dos estudos voltados ao patrimônio da industrialização nas últimas décadas tem, por sua vez, evidenciado a necessidade de se buscar maiores delimitações dos métodos de investigação e práticas de incentivo à preservação. Nesse cenário, segundo Eduardo Romero de Oliveira, o conceito de paisagem é entendido como síntese cultural e, portanto, uma metodologia capaz de proteger integralmente esses espaços carregados de valores materiais e imateriais (Oliveira et. al., 2023). Ainda, como desdobramento, o conceito de paisagens históricas da produção tem sido recentemente empregado nas pesquisas sobre o patrimônio industrial, visto que este se manifesta na dimensão territorial formada pelas redes de produção que interferem no meio ambiente natural e transformam as paisagens (Schicchi et al., 2024; Lameirinha et al., 2024).

Com vistas a ampliar as discussões aqui introduzidas, o presente ensaio apresentará a análise da antiga Usina Monte Alegre, localizada na cidade de Piracicaba/SP.

Monte Alegre: a usina no passado e no presente

³ A exemplos dos encontros e convenções das quais resultaram as Cartas Patrimoniais.

⁴ Aqui adota-se o conceito encontrado na Carta de Nizhny Tagil, na qual o termo “sítios” é utilizado para paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria.

As terras que hoje compreendem o município de Piracicaba foram povoadas desde o fim do século XVIII⁵ por lavradores vindos das vilas de Itu e Porto Feliz, que ocuparam as sesmarias ao longo do rio Piracicaba e iniciaram o plantio da cana-de-açúcar, derrubando matas e construindo os primeiros engenhos.

De acordo com registros locais, no ano de 1818 – cerca de cem anos após a fundação da cidade –, Piracicaba contava com uma rede fundiária formada por 27 (vinte e sete) fazendas produtoras de cana-de-açúcar, que cresceu para 51 (cinquenta e uma) fazendas em 1854. Dentre essas propriedades rurais estava a Fazenda Monte Alegre.

A fazenda foi criada no ano de 1804 pelo vigário Joaquim Amaral Gurgel. Suas terras estão situadas na margem esquerda do rio Piracicaba, fora da área urbanizada – aproximadamente 6 km de distância da cidade (Marcondes, 2008) (Figura 1).



Figura 1: Vista aérea do bairro Monte Alegre. Fonte: Portal O Espírito do Lugar. Disponível em: <<https://oespiritodolugar.blogspot.com/p/monte-alegre.html>>. Acesso em: 27/dez./2024. Obs: vê-se o conjunto de Monte Alegre, com seus grandes galpões e chaminés, implantado à margem do rio Piracicaba.

À semelhança com as demais propriedades rurais de Piracicaba, nela cultivou-se principalmente a cana-de-açúcar e outras plantações secundárias, como o café (Figura 2). Especificamente sobre a cana, os primeiros equipamentos para a constituição de um pequeno engenho foram instalados no momento da fundação da fazenda.

⁵ Conta a historiografia local que, em meados de 1723, Felipe Cardoso, oriundo de Itu, requereu as terras de sesmarias junto ao rio Piracicaba. Em 1º de agosto de 1767 foi fundada oficialmente, vinculada à jurisdição de Itu, a povoação de Vila Nova da Constituição (atual Piracicaba), às margens do rio Piracicaba.



Figura 2: Fazenda Monte Alegre. Óleo sobre tela, Henrique Manzo, 1850. Fonte: Acervo do Museu Paulista /USP. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/fazenda-monte-alegre-piracicaba-1850-henrique-manzo/mwHiu2gwWstumQ>>. Acesso em: 20/dez./2024. Obs.: Nesta pintura vemos o conjunto arquitetônico da fazenda, o gado, a mata nativa sendo desmatada para dar lugar às plantações de cana-de-açúcar (ao fundo) e o cafezal (à direita).

No ano de 1860, Pedro Augusto da Costa Silveira, então proprietário, realizou uma série de melhoramentos no engenho, ampliando-o, modernizando-o e passando a dedicar o complexo à produção exclusivamente açucareira. Assim, o engenho “ganhou” a alcunha de Engenho Central (ainda que não tivesse a concessão oficial do governo imperial).

Durante o intervalo entre o final do século XIX e começo do século XX a produção do engenho cresceu vertiginosamente, chegando a ser considerada a segunda maior segunda força açucareira de Piracicaba (Marcondes, 2008).

Em 1912 a propriedade foi comprada pela Companhia União de Refinadores – que tinha como sócios José Puglisi Carbone e Pedro Morganti. Nesse contexto, o Engenho mudou sua denominação para Usina Monte Alegre. O conjunto da usina dispunha, à época, de 105 (cento e cinco) casas para os colonos, residências para o administrador e os proprietários e uma escola – além dos galpões e armazéns usados na produção açucareira (Cachioni, 2021).

A primeira metade do século XX foi, então, marcada por uma série de melhoramentos e ampliações realizadas no complexo da usina pelo sr. Pedro Morganti. Com o crescimento do número de trabalhadores, o entorno do complexo industrial também foi beneficiado, formando o bairro de Monte Alegre.

Até meados da década de 1950 notava-se contínuo crescimento e diversificação da produção industrial em Monte Alegre⁶ e, nesse ínterim, foi instalada contígua à usina uma fábrica de papel

⁶ Segundo pesquisa de Amanda Walter Caporrino (2016), a Usina Monte Alegre esteve entre as maiores produtoras de açúcar dos país. Consta produção de 76.215 sacos de açúcar em 1930 e atingindo seus maiores índices entre os anos de 1958 e 1960, quando foram produzidos 560.278 sacos e 575.010 sacos, respectivamente.

– a Fábrica de Papel e Celulose Piracicaba –, que utilizava o bagaço da cana-de-açúcar como matéria-prima. Assim, a planta fabril e seu entorno foram ampliados, alguns edifícios existentes foram remodelados e novos equipamentos coletivos e moradias foram construídos. Os habitantes e trabalhadores de Monte Alegre gozavam de educação, saúde e lazer no bairro. Havia, ainda, armazéns, padaria, biblioteca, farmácia, barbearia, empório de alimentos, torrefação de café, bar, cinema, hospedaria, escola e igreja (Cachioni, 2021; Caporrino, 2016).

A partir dos anos de 1960, a administração da família Morganti começou a entrar em declínio, fragmentando-se entre vários proprietários. Consequentemente, as fábricas de açúcar e álcool foram sendo abandonadas e apenas a produção de celulose permaneceu em funcionamento.

Mesmo com a dissolução da Usina Monte Alegre e desativação da área fabril, as residências da vila operária se mantiveram ocupadas e em uso, fator que auxiliou na sua preservação física e de sua história. É importante ressaltar que a mobilização dos moradores locais é uma força essencial na tentativa de manutenção das características arquitetônicas e históricas que dão identidade a Monte Alegre.

Preservação do patrimônio de Monte Alegre

No que tange ao reconhecimento e preservação legal do conjunto industrial de Monte Alegre, ele é tombado em nível municipal e está em processo de tombamento estadual.

Na cidade de Piracicaba, identificam-se dois momentos em que os processos de salvaguarda do patrimônio histórico local foram realizados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (CODEPAC). O primeiro se deu entre o final da década de 1980 e começo da década de 1990, quando houve o reconhecimento de edifícios e conjuntos de tipologias variadas como patrimônio histórico, mas ainda selecionados a partir da noção de monumento. O tombamento da Capela São Pedro, localizada em Monte Alegre (CODEPAC, Decreto nº 5.458/1991) está circunscrito nesse cenário.

Num segundo momento, no começo dos anos 2000, foram tombados outros edifícios da cidade, a exemplo da Colônia do bairro Monte Alegre, composta por casas geminadas construídas no início do século XX, que serviam de moradia para os empregados da usina, e estabelecimentos comerciais e de lazer (CODEPAC, Decreto nº 9.516/2001) e da Escola Estadual de Primeiro Grau “Marquês de Monte Alegre” (CODEPAC, Decreto nº 9.755/2002).

Portanto, nota-se que a preservação de edifícios situados no bairro Monte Alegre na esfera municipal foi feita de forma fragmentada e apoiando-se, principalmente, nos elementos materiais/arquitetônicos isolados.

O decreto de tombamento municipal nº 9.516/2001 do CODEPAC reconhece que a Colônia de Monte Alegre é parte integrante de “conjunto arquitetônico do mesmo bairro, considerado único em nosso Município e valioso sob o aspecto histórico e cultural”, adotando tal argumento como justificativa para sua salvaguarda legal; entretanto, não há menção a outros aspectos além da arquitetura edificada – não há menção, por exemplo, ao traçado urbano, à relação entre as construções, aos elementos naturais, às antigas áreas de plantio, entre outros aspectos.

Em contrapartida, nos documentos entregues em 2013 pela Prefeitura Municipal de Piracicaba ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de

São Paulo (CONDEPHAAT) para embasar o pedido de tombamento de Monte Alegre, encontra-se um interessante levantamento feito já no ano de 2002 pelo escritório de arquitetura Fato. Trata-se de amplo levantamento histórico, arquitetônico, fotográfico e mapeamento da área, acompanhado de análises embasadas na teoria do restauro, em especial na Carta de Veneza, de 1964. As questões evidenciadas à época contribuem nas reflexões que tangem ao tombamento na medida em que destacam:

O olhar sobre os pressupostos da formação de determinado lugar permite o desvendamento de uma paisagem e de elementos humanos significativos, concretos e imaginários, que ainda pontuam tais lugares. Assim, enquanto produto da ação humana, a paisagem construída apresenta uma dimensão histórico-cultural constituída de um mosaico de memórias que se acumulam ao longo do tempo e que podem ser acessadas na dimensão concreta e nos aspectos relativos ao imaginário. Fica claro que salvaguardar os aspectos materiais e imateriais de um lugar pode ampliar o acesso ao aspecto histórico-cultural e, por extensão, criar alternativas para intervenções posteriores que visem a promoção do patrimônio local. Ativar memórias adormecidas por meio de preservação e restauro não só contribui para o conhecimento do conteúdo patrimonial desses antigos núcleos, mas também potencializa seus atributos atuais.

Em contraposição com os dados relativos especificamente à feição arquitetônica de cada uma das edificações, que isoladas apresentam pouco valor, a leitura do conjunto arquitetônico, delimitado como Centro Histórico, revelou basicamente três perspectivas de valoração. Uma se dá em sua unidade, ou seja, provavelmente é a única vila, ainda praticamente em plenitude, constituída no entorno de uma usina de açúcar nascida durante o século XIX no Estado de São Paulo. As outras duas, na sua estrutura espacial, o desenho e a composição do conjunto de edifícios que garantem a carga de autenticidade e de importância para a memória. Sendo assim, diversos aspectos podem ser indicados como fundamento para reflexão acerca de futuras intervenções físicas no complexo urbano. (Hoffmann M., Diagnóstico do Bairro Monte Alegre, 2002, In: CONDEPHAAT, processo 69608/2013)

Assim, percebe-se que, no início dos anos 2000, já se notava a importância da preservação de toda a área de Monte Alegre para a manutenção de suas características materiais e imateriais, mesmo que, por fim, o tombamento municipal tenha acontecido por meio de ações pontuais.

Sobre a preservação estadual, a abertura dos estudos de tombamentos se deu no ano de 2013, com as primeiras visitas dos técnicos do CONDEPHAAT em Piracicaba e realização de reunião com os então proprietários dos imóveis, e encontra-se ainda hoje em desenvolvimento (compondo um total de oito volumes de documentos textuais e fotográficos).

A área levantada para análise do tombamento compreende edificações que estão inseridas em perímetro delimitado pelo Rio Piracicaba (à noroeste), os lotes atuais da Fábrica de Papel e Celulose Fibria ou Votorantim Celulose e Papel (a oeste), a via Comendador Pedro Morganti (ao sul) e Anel Viário (a leste) (Figura 3), a saber: todos os remanescentes da Usina Monte Alegre, demais espaços internos e externos às mesmas, antigas casas patronais da família Morganti e Capela São Pedro (ambos incluindo seus interiores e os lotes nos quais estão localizadas), antigo Grupo Escolar “Marquês de Monte Alegre” (e lote onde está localizado), antigo campo de futebol utilizado pela União Monte Alegre de Futebol Clube, funcionários e moradores do bairro, antigas vilas de colonos e operários da usina (Vila Marisa, Vila João de Barro, Vila Rena, Vila Maria Helena, Vila Joaninha, Vila Josefina e Vila Heloísa), além de todos os arquivos e documentos referentes às atividades da Usina Monte Alegre armazenados nas instalações do complexo usineiro (CONDEPHAAT, processo 69608/2013, p. 219).



Figura 3: Mapa de área em estudo de tombamento estadual. Fonte: CONDEPHAAT, processo 69608/2013, s/n.

Quanto à valorização e incentivo à utilização adequada deste espaço, encontra-se na documentação apresentada ao CONDEPHAAT análise feita pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP) que aponta os seguintes aspectos: de forma geral, o patrimônio construído de Monte Alegre “passou por inúmeras transformações após a desativação das atividades da usina”, mas revela-se ainda como um marco de significativo período da história da região de Piracicaba e, por isso, “a revitalização de boa parte de seu patrimônio, como a escola, a capela, a Vila Heloísa e os edifícios fabris, poderá colaborar para o seu contínuo (re)conhecimento e preservação da história do lugar” (CONDEPHAAT, processo 69608, p.55).

Nesse contexto, apesar dos avanços no campo da preservação e das tentativas municipais de atrelar as áreas de interesse histórico às políticas de desenvolvimento urbano – a exemplo do projeto urbanístico “Beira-Rio” em Piracicaba – nota-se tanto nas considerações do CODEPAC quanto do CONDEPHAAT que a preservação legal do patrimônio cultural recai principalmente sobre os edifícios e suas características histórico-arquitetônicas, sem, ainda, atrelá-los a outros

conjuntos industriais da própria cidade ou da região (o que poderia criar iniciativas de preservação intermunicipais).

Sobre o uso desse espaço, o conjunto fabril da usina seguiu abandonado por muitos anos, até que na última década deste século parte dos antigos armazéns passou por um amplo projeto de revitalização – projeto denominado “Usina de Inovação Monte Alegre”, e hoje são ocupados por escritórios e, principalmente, por cafeterias e restaurantes. Com isso, Monte Alegre se tornou um polo gastronômico e turístico em Piracicaba.

Vale destacar que, salvo melhor juízo, as intervenções realizadas até hoje correspondem apenas à primeira fase do projeto proposto e por isso não atuaram sobre todo o conjunto. Os edifícios de maior porte e em maior estado de abandono (que, conseqüentemente, demandam mais recursos para serem reocupados) ainda permanecem em acelerado processo de degradação. O projeto divulgado da Usina de Inovação previa a revitalização do galpão principal da usina e a construção de novos edifícios, a fim de abrigar empresas, hotel, área residencial e espaço para convenções (Figura 4)⁷.



Figura 4: Imagens de divulgação do projeto Usina de Inovação Monte Alegre. Fonte: Hub de Inovação Trivona. Disponível em: <<https://hubtrivona.com/usina-de-inovacao-monte-alegre-um-complexo-de-vangurda-que-alia-o-futuro-com-a-historia-da-regiao/>>. Acesso em: 11/junho/2025. Obs.: É possível observar na última imagem (dir.) que a proposta projetual inclui a construção de alguns edifícios verticais, aparentemente seguindo linguagem arquitetônica contemporânea característica de espaços corporativos (verticalização acentuada e fachadas de vidro espelhados), com gabarito de altura que ultrapassa os edifícios históricos e localização de implantação entre a margem do rio Piracicaba e o conjunto da antiga usina.

Nota-se também que os estabelecimentos comerciais que hoje se encontram instalados nos antigos armazéns (localizados na Avenida Comendador Pedro Morganti – via originalmente implantada paralela aos grandes galpões e ao rio – Figura 5) visivelmente tomam partido da potência da paisagem como atrativo turístico, uma vez que as ruínas da usina se tornam o ponto focal para aqueles que estão usando e visitando esses espaços (Figura 6).

⁷ Salvo melhor juízo, não há, ainda, previsão para implantação dessa segunda fase do projeto.

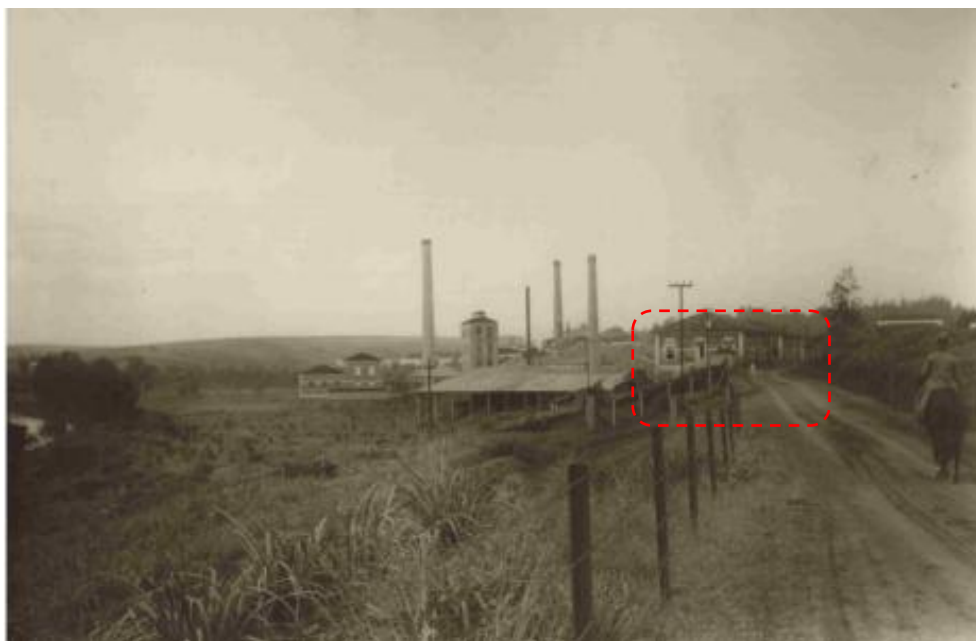
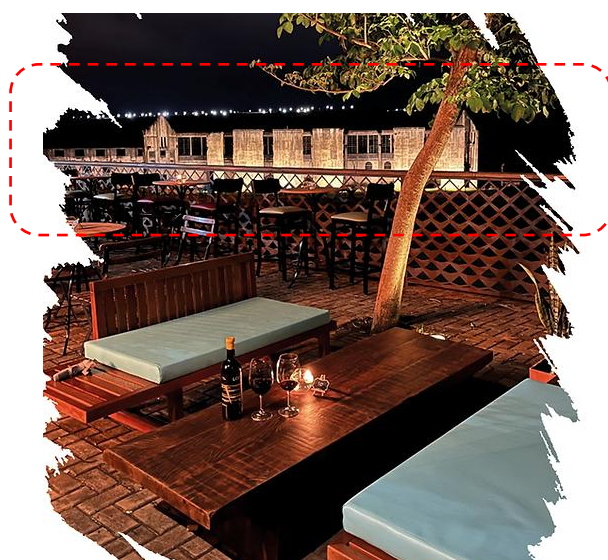


Figura 5: Vista do antigo Engenho Monte Alegre a partir da Avenida Comendador Pedro Morganti, sem data. Em destaque estão os antigos armazéns. Fonte: IHGP, 2004.



Uma casa para
Brindar

De nome que reverencia o pintor italo-brasileiro **Alfredo Volpi**, autor de diversas obras de arte e das belíssimas pinturas da Capela de São Pedro localizada no **Monte Alegre**, o **Volpi Wine Bar** surgiu com a missão de trazer uma **experiência** imersiva como **Wine Bar**, num **ambiente** moderno, descontraído e charmoso, envolvido numa **temática** que prestigia a **arte e cultura** do bairro Monte Alegre, conhecido por sua pitoresca **atmosfera** de **paisagens e ruínas** da antiga usina de cana de açúcar.

Figura 6: Imagem de publicidade do Volpi Wine Bar, localizado no bairro Monte Alegre. Observa-se que o layout proposto para o bar destaca os antigos galpões (ao fundo) como vista principal para a fruição do espaço. Elemento em destaque na imagem refere-se a antigo galpão da usina, com iluminação noturna. Fonte: Site oficial do Volpi Wine Bar. Disponível em: <<https://www.volpiwinebar.com.br/>>. Acesso em: 11/junho/2025.

Para além das atuações institucionais, cumpre adicionar também que nas últimas décadas vem crescendo o número de pesquisas acerca desse conjunto industrial – antes, em Piracicaba, a atenção era especialmente dada ao Engenho Central. Dentre os principais trabalhos já realizados e analisados para esta reflexão é importar ressaltar as contribuições de Marcelo Cachioni, que integra o Departamento de Patrimônio Histórico de Piracicaba e realizou, entre outras pesquisas, ampla investigação e inventário sobre as técnicas construtivas adotadas em Monte Alegre; Amanda Caporrino, pesquisadora que contribuiu também com pareceres técnicos nos estudos do CONDEPHAAT e o geógrafo Mateus de Almeida Prado Sampaio, que tem pesquisas voltadas ao mapeamento das mudanças ocorridas no uso da terra em parte do município de Piracicaba.

Entretanto, o estudo desse patrimônio a partir da ótica da paisagem, tanto em seu entorno quanto em sua relação com outras paisagens correlatas na região de Piracicaba, é tema que necessita de maior aprofundamento, de acordo com os debates contemporâneos sobre os conceitos de paisagem cultural e paisagens da produção.

Considerações finais

Por fim, a antiga Usina Monte Alegre, em Piracicaba/SP, é notadamente um importante conjunto do patrimônio cultural que remonta ao período agroindustrial do interior paulista, marcado pelas usinas de cana-de-açúcar, as plantas fabris e as vilas operárias. Mesmo que este e outros bairros de origem industrial da cidade tenham sofrido com certo abandono, seus remanescentes ainda são vistos como sítios expressivos, dado seus valores históricos, arquitetônicos, sociais, culturais e paisagísticos, e, por isso, cabe repensar sua preservação.

As reflexões aqui apresentadas são parte de pesquisa de doutorado ainda em andamento, portanto, apresentam mais questionamentos do que respostas objetivas. Entretanto, acredita-se que é possível construir uma contribuição no debate sobre a preservação do patrimônio industrial por meio da ótica das paisagens históricas da produção na medida em que ainda conseguimos observar e interpretar, no objeto de estudo apresentado, as manifestações formais das atividades humanas lá desenvolvidas ao longo do tempo e que foram responsáveis por caracterizar as áreas urbanizadas próximas às margens do Rio Piracicaba.

Referências

CACHIONI, Marcelo; ARAUJO, Chirley da Silva. Inventário do Patrimônio Cultural da antiga Usina Monte Alegre em Piracicaba-SP. In: **Anais do III Congresso Nacional para conservação do patrimônio industrial**. Bauru, SP. 2021.

CAPORRINO, Amanda Walter. **Na era das usinas: a Usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canaveira em São Paulo (1930-1964)**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo (FFLCH-USP) – Departamento de História. São Paulo, 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Revista do IEEE América Latina**, Brasília, v. 4, p. 1-10, 2006.

LAMEIRINHA, Valter Dos Santos; RUFINONI, Manoela Rossinetti. O patrimônio da energia como paisagem histórica da produção: as estruturas edificadas pela Companhia Light no município e região metropolitana de São Paulo. In: SCHICCHI et al (Org.). **Paisagens históricas da produção na Ibero-América: Cultura, patrimônio e infraestruturas no território**. Campinas: Splendet PUC-Campinas, Cultura Acadêmica, 2024. p. 171-189.

MARCONDES, Neide. **Na trilha do passado paulista: Piracicaba século XX**. São Paulo. Ed. Degaspari. 2008.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. ISSN 2237 4078. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC. 4078p. Florianópolis, 2014. p.1819-1834.



OLIVEIRA, Eduardo Romero; GONÇALVES, Ana Paula Marques; TATINI, Victória de Azevedo Braga. Identificação da paisagem industrial para a interpretação patrimonial do trecho ferroviário Campinas-Jundiaí. **Oculum Ensaios**, v. 20, p. 1-24, 2023.

Piracicaba (município). **Decreto nº 5.458/1991** – Tombamento da Capela São Pedro, Monte Alegre. Piracicaba, 1991.

Piracicaba (município). **Decreto nº 9.516/2001** – Tombamento das Colônias do Bairro Monte Alegre. Piracicaba, 2001.

Piracicaba (município). **Decreto nº 9.755/2002** – Tombamento da Antiga Escola Estadual Marquês de Monte Alegre. Piracicaba, 2001.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Do edifício ao território**: o patrimônio urbano industrial na trajetória do CONDEPHAAT (1968-2018). *Arq. Urb*, n. 26, p. 44-60, 2019.

SAMPAIO, Mateus De Almeida Prado. **Piracicaba**: uso de SIG para caracterizar uma antiga zona canavieira paulista em fase de reestruturação e metropolização. *Anais do XIV ENANPEGE...* Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78589>>. Acesso em: 18/06/2025 17:44

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. **Processo nº 69.608/2013** - Estudo de tombamento da Usina Monte Alegre. São Paulo, 2013.

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva, LÓPEZ, Enrique Larive, FARAH, Ana Paula e OLIVEIRA, Eduardo Romero (Orgs.). **Paisagens históricas da produção na Ibero-América**: Cultura, patrimônio e infraestruturas no território. Campinas: Splendet PUC-Campinas, Cultura Acadêmica, 2024.